Make G20 Great Again: retorno à ortodoxia e o fim do ciclo do Sul Global. Desafios e Perspectivas do G7 na Transição da Presidência Canadense para a Francesa. Desigualdades Socioeconômicas Estruturais e Saúde são priorizadas na agenda de discussão da OCDE

Make G20 Great Again: a return to orthodoxy and the end of the Global South cycle. Challenges and Prospects of the G7 in the Transition from the Canadian to the French Presidency. Structural Socioeconomic Inequalities and Health are prioritized on the OECD's discussion agenda.

Pedro Burger, Vitória Kavanami,João Miguel Estephanio,Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar

Abstract: G20 - The article analyzes the start of the US presidency of the G20 in December 2025 and examines the new and brief agenda released at the first Sherpa meeting in Washington.

G7 - This article analyzes the challenges and prospects of the G7 in the context of the transition from the Canadian presidency in 2025 to the French presidency in 2026, amid a scenario marked by the erosion of multilateralism, geopolitical tensions, and a contraction in international financing. It then discusses the agenda proposed by France, which seeks to revitalize the role of the G7 as a forum for political coordination and highlights expectations regarding French leadership in global health.

OCDE - The OECD's highlights include the publication of a study on skills and public policies, another on social mobility and inequalities in Latin America and the Caribbean, and two documents on the relationship between the counterfeit market and labor exploitation. Also noteworthy are ten studies addressing health issues.

Keywords: G20, G7, OECD, USA, multilateralism, global health, international cooperation.

Resumo: G20 - O artigo analisa o início da presidência dos Estados Unidos no G20 em dezembro

de 2025 e examina a nova e breve agenda divulgada na primeira reunião de Sherpas em Washington.

G7 - O artigo analisa os desafios e as perspectivas do G7 no contexto da transição da presidência canadense, em 2025, para a presidência francesa, em 2026, em um cenário marcado pela erosão do multilateralismo, tensões geopolíticas e retração do financiamento internacional. Em seguida, discute-se a agenda proposta pela França, que busca revitalizar o papel do G7 como espaço de coordenação política e enfatiza as expectativas em torno da liderança francesa na saúde global.

OCDE - Os destaques da OCDE se dividem entre a publicação de um estudo sobre competências e políticas públicas, outro sobre mobilidade social e desigualdades latino-americanas e caribenhas e dois documentos sobre a relação entre mercado de falsificados e exploração laboral. Também são destaques dez estudos que abordam temas sobre Saúde.

Palavras Chave: G20, G7, OCDE, EUA, multilateralismo, saúde global, cooperação internacional.

G20- A presidência dos Estados Unidos no G20, iniciada formalmente em dezembro de 2025, marcou uma ruptura profunda com o ciclo de lideranças das economias em desenvolvimento que definiu o fórum nos últimos quatro anos e que agora dá lugar a uma orientação marcadamente conservadora. É fundamental registrar que este início de gestão se caracteriza por uma significativa opacidade comunicacional, uma vez que o site oficial da presidência permanece inativo e não foram divulgadas informações detalhadas sobre a organização da agenda ou cronogramas logísticos, tampouco em fontes alternativas. Sob o mote de uma restauração do grupo para suas funções originárias, a nova administração em Washington sinaliza um distanciamento de pautas progressistas de justiça climática e social consolidadas pelas gestões da Indonésia, da Índia, do Brasil e da África do Sul para priorizar exclusivamente o crescimento econômico e uma maior desregulamentação da economia.

O encerramento da gestão sul-africana em Joanesburgo, no entanto, já antecipava o ambiente diplomático desafiador que se desenharia com a chegada de Washington ao comando. Um dos pontos mais críticos desse processo foi a adoção da Declaração de Líderes sem o aceite formal ou o apoio dos Estados Unidos, que se retiraram ou recusaram alta representação em partes sensíveis do texto final, notadamente naquelas que abordavam conflitos geopolíticos e reformas estruturais. Essa manobra estratégica da África do Sul visou assegurar a funcionalidade do G20 diante da polarização, mas acabou por aprofundar as tensões bilaterais que culminariam em retaliações diplomáticas imediatas por parte do novo governo estadunidense.

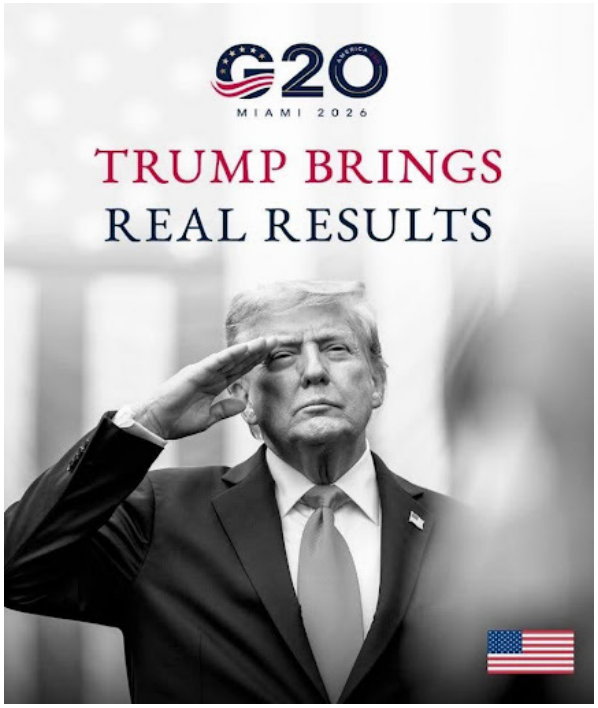
A transição entre os países, nesse sentido, foi marcada pelo anúncio do Presidente Donald Trump de que a África do Sul será impedida de participar da Cúpula de Líderes programada para 2026 em Miami, uma medida punitiva justificada por divergências políticas e críticas severas à condução sul-africana. Em resposta a esse isolamento deliberado, o governo de Pretória declarou que fará uma pausa comercial nas atividades do bloco, suspendendo sua participação formal enquanto durar a presidência norte-americana como um gesto de preservação de sua integridade política. Esse cenário de exclusão de um membro permanente e de suspensão de atividades coloca em xeque a representatividade do fórum e sinaliza um enfraquecimento das pautas do Sul Global.

A esse respeito, a escolha dos países convidados para a Cúpula de Miami também reflete essa reorientação geopolítica, com o convite oficial estendido à Polônia, ao Uzbequistão e ao

Cazaquistão. A inclusão dessas nações revela o esforço de Washington em fortalecer alianças com parceiros que compartilham uma visão econômica focada na produtividade e na segurança regional, distanciando-se do bloco de países que priorizava a reforma da arquitetura financeira internacional. Essa nova configuração também reitera a intenção de que o G20 pode retornar a um formato mais tradicional e restrito, voltado primordialmente aos interesses das grandes potências e de seus aliados estratégicos.

Ademais, um ponto de extrema preocupação que deve ser retomado é o destino da agenda global de saúde, que já vinha enfrentando fragilidades estruturais durante a presidência sul-africana. Nos últimos informes publicados em 2025, registramos que as reuniões ministeriais de saúde não resultaram em declarações conjuntas devido a impasses significativos, evidenciando que este tema foi relegado a segundo plano. Com a nova priorização de Washington voltada exclusivamente para o crescimento econômico e a desregulamentação, a coordenação internacional para o preparo de pandemias e o fortalecimento de sistemas de saúde pública, por exemplo, podem correr o risco de serem descontinuados ou paralisados, um retrocesso perigoso para a segurança sanitária global e para o legado de inclusão que as gestões anteriores tentaram construir. Assim, o desmonte de iniciativas e o esvaziamento de discussões importantes nessas instâncias indicam que as promessas de um desenvolvimento mais equitativo podem ser definitivamente postas de lado nos próximos meses. O sucesso de uma estratégia de restauração conservadora do G20, por sua vez, dependerá muito da resistência e da articulação dos países no bloco. O legado de Joanesburgo e das últimas três gestões do Sul Global, será então possível de ser avaliado pela capacidade de sobrevivência de seus marcos institucionais diante de uma liderança que parece decidida a ignorar as disparidades estruturais entre o Norte e o Sul Global.

Imagem 1: Imagem promocional do G20 divulgada no perfil oficial do bloco na plataforma X.



Referências

ESTADOS UNIDOS. Departamento de Estado. Estados Unidos Sediam a Primeira Reunião de Sherpas do G20. U.S. Department of State, Washington, DC, 18 dez. 2025. Disponível em: https://www.state.gov/translations/portuguese/estados-unidos-sediam-a-primeira-reuniao-de-sherpas-do-g20. Acesso em: 9 fev. 2026.

REUTERS. Trump says he invited Kazakh, Uzbek leaders to G20 summit next year. Reuters, [S. l.], 23 dez. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/asia-pacific/trump-says-he-invited-kazakh-uzbek-leaders-g20-summit-next-year-2025-12-23/. Acesso em: 9 fev. 2026.

G20. Ramaphosa sets Bold Agenda for South Africa's G20 Presidency. G20, [S. l.], 22 jan. 2025. Disponível em: https://g20.org/news/ramaphosa-sets-bold-agenda-for-south-africas-g20-presidency/. Acesso em: 9 fev. 2026.

SA NEWS. President thanks South Africans for successfully hosting G20. SA News, Pretória, 30 nov. 2025. Disponível em: https://www.sanews.gov.za/south-africa/president-thanks-south-africans-successfully-hosting-g20. Acesso em: 9 fev. 2026.

REUTERS. South Africa vows not to bend to US pressure after G20 snub. Reuters, [S. l.], 4 dez. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/africa/south-africa-will-take-break-g20-under-trump-presidency-says-2025-12-04/. Acesso em: 9 fev. 2026.

REUTERS. US says it will use G20 presidency to focus on economic growth. Reuters, [S. l.], 1 dez. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/us/us-says-it-will-use-g20-presidency-focus-economic-growth-2025-12-01/. Acesso em: 9 fev. 2026.

SABC NEWS. G20 Health Ministers fail to sign declaration after U.S. refusal. SABC News, [S. l.], 7 nov. 2025. Disponível em: https://www.sabcnews.com/sabcnews/g20-health-ministers-fail-to-sign-declaration-after-u-s-refusal/. Acesso em: 9 fev. 2026.

REUTERS. Trump says South Africa won't get 2026 G20 invite, South Africa calls it punitive. Reuters, [S. l.], 26 nov. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/africa/trump-says-south-africa-wont-receive-invitation-g20-2026-2025-11-26/. Acesso em:9 fev. 2026.

G7- Em sua sétima vez exercendo a presidência do G7 em 50 anos de existência do grupo, o Canadá encontrou um cenário desafiador no que tange a uma corrosão do multilateralismo, conflitos recentes e cortes massivos de financiamento internacional. A ordem internacional e o que se tinha como cooperação internacional vêm passando por uma turbulência, desde que Donald Trump assumiu o segundo mandato, em 2025. Além do turbulento cenário externo, a política interna do Canadá também enfrentou problemas. Justin Trudeau renunciou em janeiro de 2025, houve eleições e Mark Carney tão logo assumiu já precisou lidar com uma guerra comercial promovida pelo presidente estadunidense e aumento de tarifas. Esse contexto poderia explicar uma presidência pouco responsiva e pouco capaz de lidar com os desafios globais no âmbito do G7.

A presidência do Canadá buscou uma postura de dissuasão de agressões e fortalecimento da segurança coletiva. Em resumo, avançou em compromissos como o Plano de Ação do G7 para Minerais Críticos, lançou a Declaração dos Líderes do G7 sobre IA para a Prosperidade e a Visão Comum de Kananaskis para o Futuro das Tecnologias Quânticas. Também criou ferramentas para conter a repressão internacional e os incêndios florestais. Por fim, avançou em compromissos contra o tráfico de migrantes e incentivou a desescalada do conflito entre Israel e Irã (CANADÁ, 2025).

No que tange à saúde, não tivemos significativos avanços durante a presidência canadense. O grupo outrora exerceu um importante papel na criação de iniciativas como o Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária, a Iniciativa de Muskoka para reduzir a mortalidade materna e infantil, do Gavi e ACT-A.

É nesse contexto que a França assume a presidência do G7 em 2026. A nova presidência chega com um interessante discurso de reduzir os desequilíbrios globais frente às tensões comerciais

e geopolíticas atuais. Desequilíbrios esses retratados em: concorrência predatória, capacidades industriais excessivas, subinvestimento, endividamento excessivo e desregulamentação, bem como a queda da solidariedade internacional e o baixo investimento privado em países em desenvolvimento (FRANÇA, 2026). De acordo com a nova presidência, o país não se contentará com uma abordagem do uso da força como propulsora do direito, que levaria a uma subserviência e lógica de blocos, tampouco com uma postura moral limitada a comentários que condenam o grupo a uma "marginalização e impotência" (FRANÇA, 2026). Parece, portanto, que o Emmanuel Macron tentará dar novos rumos para o G7 e recuperar o protagonismo de sua formação.

Há a pretensão de restaurar a vocação inicial do G7, isto é, servir como espaço de coordenação de políticas econômicas e financeiras e construir respostas comuns para os desafios globais, especialmente no que tange às desigualdades. Além disso, a ampliação da participação, ainda que limitada, de outros países para além das sete economias é um movimento que vem sendo visto desde as últimas presidências. A presidência do Canadá apostou nessa diversificação, especialmente nas relações de comércio, convidando parceiros como: Austrália, Brasil, Chile, Índia, Indonésia, México, Peru, Catar, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul e Ucrânia. A princípio, a França pretende seguir o mesmo caminho.

Ainda, parece haver uma preocupação com a capacidade de crescimento e desenvolvimento dos países. O pronunciamento oficial remete às políticas de desenvolvimento pouco eficientes dada à limitação de instrumentos de ajuda internacional. A França admite que seja necessário "continuar refletindo sobre a reforma do financiamento para o desenvolvimento a fim de romper com a lógica assistencialista e criar parcerias mutualmente benéficas" (FRANÇA, 2026).

O G7 presidido pela França estará organizado em sete trilhas ministeriais: relações exteriores, desenvolvimento, comércio, finanças, setor digital, meio ambiente e assuntos internos com 60 grupos de trabalho em reuniões regulares ao longo do ano. Os principais temas abrangentes a serem tratados serão:

- solucionar grandes crises geopolíticas, inclusive por meio do apoio do G7 à Ucrânia e aos ucranianos;
- questões relacionadas à infância, desde o apoio ao desenvolvimento até a proteção no ambiente digital;
- o combate ao crime organizado e aos fluxos ilegais;
- as novas regras da governança global.

Ainda, parece haver uma maior preocupação com a participação da sociedade civil que na presidência anterior, em que vimos pouca produção de documentos e influência da sociedade. A nova presidência chega com onze grupos de engajamento, quatro a mais que na presidência canadense. As novidades são: a retomada do "University 7", a criação do "Urban 7", do "Pride 7" e "Os Advogados do G7". A descrição de cada um está a seguir:

- "Business 7" (B7), que é a plataforma oficial do setor empresarial em conexão com o G7;
- "Civil 7" (C7), que reúne organizações da sociedade civil e atores da solidariedade internacional;
- "Labor 7" (L7), que representa os interesses de trabalhadores e empregados;

- “Science 7” (S7), que incentiva, apoia e protege a pesquisa científica;
- “Women 7” (W7), que reúne organizações da sociedade civil de países do G7 e de países em desenvolvimento que atuam em questões relacionadas aos direitos das mulheres e das meninas;
- “Youth 7” (Y7), que reúne jovens, principalmente de países do G7, que desejam se engajar em temas ligados à governança global;
- “University 7” (U7+), criado durante a Presidência francesa do G7 em 2019, que reúne universidades de todo o mundo;
- “Urban 7” (U7), que reúne autoridades locais;
- “Think Tank 7” (T7), que reúne centros de pesquisa e reflexão (think tanks);
- “Pride 7” (P7), que promove e protege os direitos das pessoas LGBT;
- “Os Advogados do G7”, que promovem o Estado de Direito, o acesso à justiça, os princípios fundamentais da democracia e a independência do Judiciário.

No que tange à saúde, vamos aguardar a retomada das discussões no âmbito do “Science 7”, esvaziado desde a última presidência. No entanto, alguns analistas já trazem expectativas sobre a presidência do G7 para 2026. Nina Schwalbe, CEO e fundadora da Spark Street Advisors e Pesquisadora Sênior no Center for Global Health Policy and Politics da Universidade de Georgetown sugere que a França poderia acelerar a ratificação do Tratado sobre Pandemias, que atualmente está pendente de detalhes operacionais sobre compartilhamento de dados sobre patógenos e sequenciamento genômico, acesso equitativo a vacinas, medicamentos e diagnósticos. Ainda, defende que o país pode assumir um importante papel na defesa de One Health pelo seu histórico de destaque nas três áreas: agricultura, pecuária e saúde pública (SCHWALBE, 2025).

Segundo Taryn Russell, diretora da Organização Não-Governamental Results Canadá, o G7 tem o dever de promover políticas que incentivem a acessibilidade, apoiar a produção local e regional e garantir a distribuição justa de vacina, tratamentos e diagnósticos (RUSSELL, 2025). Isso conversa com a sugestão de que a França poderia assumir posição de liderança no financiamento do desenvolvimento de tecnologias em saúde e que poderia atrair o investimento de outros países ricos do G7 para instituições que já existem, exercendo um trabalho de manutenção do Fundo Global, Gavi e a própria OMS (SCHWALBE, 2025).

O aumento de investimento em pesquisa e desenvolvimento que responda às prioridades dos países de baixa e média renda também é uma sugestão de Russell (2025). Segundo ela, isso incluiria apoiar a inovação para doenças negligenciadas, capacidade diagnóstica e tecnologias de saúde resilientes às mudanças climáticas, ao mesmo tempo que promoveria ciência aberta, transferência de tecnologia e uso responsável de tecnologias emergentes, como inteligência artificial. Assumindo essa liderança, a França poderia demonstrar na prática o que diz que está em sua prioridade. Fortalecer os sistemas de saúde de países de baixa e média renda, investir na atenção primária e força de trabalho, com especial atenção aos agentes comunitários de saúde seria um ponto crucial e favorável na presidência francesa (RUSSELL, 2025).

Apesar de não ter a menção direta à saúde como uma trilha ministerial, a presidência francesa dá ênfase em questões relacionadas à infância, desde o apoio ao desenvolvimento até a proteção no ambiente digital. Isso está de acordo com o que o país também vem discutindo internamente, com políticas sendo criadas para garantia da segurança de crianças e adolescentes nas redes sociais (RFI, 2025). Segundo Justin Vaïsse, Fundador e Diretor-Geral do Paris Peace Forum, o

bem-estar infantil pode percorrer temas que envolvem tanto saúde, como educação, nutrição, proteção e desenvolvimento psicossocial. Na análise de Vaïsse, foi uma estratégia inteligente ancorar a discussão nas crianças, reconhecidas universalmente como uma responsabilidade compartilhada. Ou seja, é uma plataforma politicamente viável e moralmente convincente e é onde o G7 pode retomar impulso: mostrando que, mesmo em um mundo fragmentado, as grandes potências podem concordar em proteger a próxima geração (VAÏSSE, 2025).

A Cúpula anual do grupo está prevista para ocorrer em Évian-les-Bains, localizada às margens do lago Genebra, entre os dias 14 e 16 de junho. A cidade de Évian recebeu, em 2003, a Cúpula do antigo G8[1] e a última vez em que a França presidiu o G7 foi em 2019, tendo Biarritz como a cidade que recebeu os líderes.

Referências bibliográficas:

CANADA. Prime Minister Carney strengthens Canada's global leadership as it concludes its G7 Presidency. G7 Canada – News and Media, 19 Dez. 2025. Disponível em: https://g7.canada.ca/en/news-and-media/news/prime-minister-carney-strengthens-canadas-global--leadership-as-it-concludes-its-g7-presidency/. Acesso em: 08 Fev. 2026.

FRANÇA - Annonce du prochain Sommet du G7 à Évian en juin 2026. Élysée, 17 jun. 2025. Disponível em: https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/2025/06/17/annonce-du-prochain-sommet-du-g-7-a-evian-du-14-au-16-juin-2026/. Acesso em: 08 fev. 2026.

FRANCE - France's action in the G7. Ministry for Europe and Foreign Affairs, [s.d.]. Disponível em: https://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/france-s-action-in-the-g7/. Acesso em: 08 fev. 2026.

FRANÇA. The G7 priorities. Évian: Elysée, 23 jan. 2026. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7e-vian/2026/01/23/the-g7-priorities. Acesso em: 8 fev. 2026.

GH ADVOCATES. Health Diplomacy in Action: What to Expect from France's G7 Presidency? Action Santé Mondiale, 10 dez. 2025. Disponível em: https://www.ghadvocates.eu/health-diplomacy-in-action-what-to--expect-from-frances-g7-presidency/. Acesso em: 08 fev. 2026.

RFI – Radio France Internationale. Após aprovação de deputados, Senado da França votará proibição de redes para menores de 15 anos. RFI Brasil, 27 jan. 2026. Disponível em: https://tinyurl.com/mtt6rw7c. Acesso em: 08 fev. 2026.

RUSSELL, Taryn. The G7 has fostered some of the most impactful initiatives in history, including the Global Fund. Action Santé Mondiale, 10 dez. 2025. Disponível em: https://www.ghadvocates.eu/the-g-7-has-fostered-some-of-the-most-impactful-initiatives-in-history-including-the-global-fund/. Acesso em: 08 fev. 2026

SCHWALBE, Nina. Are we ready to say "welcome back, HIV"? I hope the answer is no. Action Santé Mondiale, 10 dez. 2025. Disponível em: https://www.ghadvocates.eu/are-we-ready-to-say-welcome-back-hiv-i-hope-the-answer-is-no/. Acesso em: 08 fev. 2026.

VAÏSSE, Justin. Even in a fragmented world, major powers can agree on safeguarding the next generation. Action Santé Mondiale, 10 dez. 2025. Disponível em: https://www.ghadvocates.eu/the-g7-has-fostered-the--most-impactful-initiatives-in-history-including-the--global-fund/. Acesso em: 08 fev. 2026.

1. A Rússia passou a integrar o grupo em 1998, o que fez com que se tornasse o G8. Porém, após a invasão da Crimeia, em 2014, foi convidada a se retirar.

OCDE - Desde o período após o lançamento do último informe de 2025 até do período de análise da presente publicação, é possível observar e ressaltar brevemente alguns destaques dentro da miríade de realizações, estudos, avanços e continuidades produzidas e promovidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A exemplo, ainda em dezembro de 2025, a OCDE lançou a versão de 2025 de seu relatório bienal sobre competências e habilidades mundiais intitulada "OECD Skills Outlook 2025: Building the Skills of the 21st Century for All" (OECD, 2025). No relatório, a organização examina como os países podem desenvolver as competências necessárias para sustentar o crescimento e o progresso social no século XXI, fornecendo uma análise sólida e atual sobre como fatores além do controle das próprias pessoas – como, por exemplo, educação e ocupação dos pais, gênero, origem socioeconômica, antecedentes migratórios e local onde as mesmas crescem – influenciam fortemente o desenvolvimento de competências e as oportunidades de carreira e, consequentemente, o cenário econômico e social e as políticas públicas relacionadas.

Assim, o estudo apresenta uma série de recomendações sobre como os governos podem lidar com as lacunas e os entraves identificados, reforçando a necessidade de maiores atenções dos mesmos à qualidade da educação e a formação de seus cidadãos desde a infância até a fase adulta, garantindo a acessibilidade e desenvolvendo sistemas de aprendizagem e capacitação de alta qualidade, flexíveis e coerentes para as demandas de cada etapa da vida do estudante, além de prover um alinhamento com o mercado de trabalho ao ampliar serviços e ferramentas de orientação profissional.

Em consonância com tal discussão, a organização intergovernamental também publicou no período o estudo "Social Mobility and Inequality in Latin America and the Caribbean: Insights from Education and Skills" (2025), onde analisa na região da América Latina e Caribe os profundos desafios relacionados à mobilidade social e à desigualdade, em grande parte impulsionados por lacunas persistentes na educação e na formação, desenvolvimento e manutenção de competências e habilidades. Mesmo com o reconhecimento de avanços na expansão do acesso à educação e diminuição em níveis de pobreza, a região permanece como a mais desigual em comparação internacional, e sua desigualdade econômica age como um catalisador para disparidades sociais, uma vez que as diferenças de renda dificultam o acesso a recursos e serviços essenciais, principalmente à educação de qualidade. Tal falta de acesso, baseada na condição socioeconômica, perpetua as desigualdades existentes e impede a mobilidade social intergeracional na região.

Desse modo, o documento indica aos formuladores de políticas e governos que se comprometam com reformas políticas eficazes, focadas na qualidade, equidade e formação de competências, a fim de promover o crescimento inclusivo e combater as desigualdades sistêmicas. Também são indicados o aumento e otimização em investimentos e recursos na educação, a priorização da equidade e a qualidade na educação formal, o fortalecimento dos percursos de desenvolvimento de competências e a implementação de orientação vocacional equitativa. Ao atender às necessidades imediatas e de longo prazo de educação de alta qualidade e formação de competências, a América Latina e o Caribe poderiam melhorar seus sistemas educacionais, promover o crescimento inclusivo e construir uma força de trabalho produtiva que beneficie todos os cidadãos.

Já em Janeiro de 2026, a organização lançou dois interessantes documentos abordando a correlação entre o mercado de contrafeitos e ilícitos com a exploração laboral, sendo eles o estudo "From Fakes to Forced Labour: Evidence of Correlation Between Illicit Trade in Counterfeits and Labour Exploitation" (2026) e o policy brief "Labour exploitation and illicit trade: How counterfeit goods fuel forced labour" (2026). Ambos apresentam novas evidências empíricas sobre a forte associação estatística (e não causal) entre o abuso trabalhista e a escala do comércio de

produtos falsificados, evidenciando como países com níveis mais elevados de trabalho forçado e informal apresentam maior intensidade de exportação de produtos falsificados, o que indica que a produção de ilícitos e contrafeitos prospera onde os trabalhadores estão mais desprotegidos e são facilmente substituídos. Nesse sentido, a reflexão levantada pela organização indaga se a melhoria das condições de trabalho poderia influenciar na redução do comércio ilícito e, portanto, o desenho de respostas políticas poderia combinar aspectos de fiscalização comercial, de proteção trabalhista e de conduta empresarial responsável para lidar coordenadamente com as condições estruturais que possibilitam a falsificação.

Paralelamente, no que tange às publicações que retomam suas atenções mais diretamente aos temas de Saúde, pode-se notar um considerável fluxo no número de adições ao acervo e biblioteca virtual da própria OCDE entre o fim do ano de 2025 e o início de 2026, com dez pesquisas de assuntos relacionados à Saúde aqui ressaltadas.

A primeira deles é o estudo "Assessing cancer care quality in OECD countries: New indicators for benchmarking performance" (2025) que lança luz sobre a necessidade de melhores internacionalmente comparáveis para medir e relatar a qualidade dos cuidados oncológicos prestados pelos sistemas de saúde, com o intuito de avaliar as práticas atuais e informar as futuras políticas de cuidados oncológicos. Nesse sentido, o documento em destaque detalha a coleta de dados piloto da OCDE dos 18 países da OCDE que participaram de seu projeto piloto e o desenvolvimento de seis indicadores em três áreas-chave para atender os cuidados oncológicos promovidos pela organização: (i) acesso e oportunidade; (ii) qualidade dos cuidados; e (iii) centralidade no paciente.

Na esteira de tal discussão, a publicação "Delivering High Value Cancer Care: European Cancer Inequalities Registry Analytical Report" (2026), uma parceria entre a OCDE e a Comissão Europeia, explora a discussão sobre alta carga global do câncer, com um número crescente de casos nas últimas duas décadas – particularmente entre o perfil de mulheres mais jovens – exercendo pressão constante sobre os serviços de saúde e afetando o bem-estar e os resultados econômicos. O relatório reúne novas evidências e perspectivas políticas entre diversos países europeus sobre como prestar cuidados oncológicos que garantam valor para pacientes e sistemas de saúde, a partir de análises quantitativas e qualitativas – incluindo novos indicadores internacionalmente comparáveis – e a análise de três prioridades urgentes para proporcionar cuidados oncológicos de alto valor (acesso mais rápido aos cuidados; cuidados eficientes e baseados em evidências que garantam os melhores resultados de saúde; e abordagens centradas nas pessoas que reflitam as necessidades e preferências individuais).

Outro destaque é a pesquisa "Policies for people with dementia across OECD countries" (2026). Se debruçando sobre o tema de demências e políticas públicas relacionadas, os autores fornecem um panorama geral sobre em 29 países integrantes da OCDE e as mudanças ocorridas na última década. A análise sugere que as políticas nacionais sobre demência enfatizam cada vez mais a prevenção por meio de riscos modificáveis, diagnóstico precoce e abordagens de tratamentos não farmacêuticas, apontando também resumidamente as abordagens para aumentar a conscientização e os esforços limitados para aprimorar o diagnóstico. Além disso, os autores observam a presença na maioria das estratégias e planos nacionais as questões de serviços e apoios aos cuidadores de pessoas com demência e o progresso em direção a percursos de cuidados mais coordenados e inclusivos.

No documento "Learning through national Health System Performance Assessment (HSPA): Emerging findings from OECD countries" (2026), o que se é discutido é a dificuldade de diversos sistemas de saúde nos países da OCDE em traduzir sua grande quantidade de dados em informações práticas para a formulação e desenvolvimento de políticas públicas. Para mitigar adversi-

dade, a OCDE orienta em favor do chamado Health System Performance Assessment (Avaliação do Desempenho do Sistema de Saúde, em tradução livre) como política que preencheria essa lacuna, avaliando sistematicamente como os sistemas de saúde atendem às necessidades das pessoas, alocam recursos e alcançam os objetivos das políticas públicas. O documento então sintetiza a experiência de 11 países membros da OCDE, identificando elementos como os modelos nacionais são estruturados e implementados, os fatores que moldam a utilização das políticas e os domínios de mensuração emergentes.

No artigo "How are hot temperatures impacting health outcomes, health systems and health systems costs?: An analysis of emergency department visits and hospitalisation data from 16 countries" (2025), seus autores investigam a relação entre altas temperaturas e a frequência nas visitas a serviços de emergências e hospitalizações. Utilizando dados hospitalares de 16 países da OCDE, a pesquisa além de observar o impacto das altas temperaturas no excesso de hospitalizações e visitas a serviços de emergência, também avalia os potenciais custos hospitalares diretamente decorrentes das altas temperaturas, bem como as perdas de produtividade associadas a tais visitas.

O relatório intitulado "Personal health data systems in OECD countries: Insights into structures and solutions for public access and use" (2025) examina como 6 países da OCDE abordam a temática de dados pessoais de saúde de seus cidadãos, permitindo que os mesmos acessem, gerenciam e compartilhem suas informações de saúde em plataformas digitais e portais de pacientes. Aspectos como facilitadores políticos, técnicos e de governança que sustentam o acesso equitativo aos dados pessoais de saúde também são considerados e avaliados. A partir disso, o documento identifica as principais práticas em interoperabilidade, arquitetura de dados, privacidade, consentimento, identidade digital e engajamento do paciente, observando que países com ecossistemas maduros demonstram estruturas consistentes de confiança pública, integração de setores e bases legislativas sólidas que equilibram a privacidade com a interoperabilidade e o compartilhamento de dados. À medida que a assistência médica se torna cada vez mais digital e a disponibilidade de dados gerados pelo paciente aumenta, garantir que os indivíduos possam acessar e usar seus próprios dados de saúde com segurança será, segundo a OCDE, fundamental para sistemas de saúde preparados para o futuro, orientados por dados e centrados em pessoas.

Já no artigo "Assessing the impact of promotion and advertising regulations on biosimilar uptake" (2025), os autores discutem a questão de medicamentos biossimilares e sua variada regulamentação entre os países da OCDE, apesar das políticas de incentivo à sua adoção. O estudo então avalia o impacto das regulamentações de promoção por meio de uma análise em duas partes: uma revisão das estruturas nacionais e consultas com 29 principais partes interessadas nacionais em 7 países e uma análise da adoção de biossimilares em oncologia, reumatologia e diabetes, com foco na participação de mercado e nos gastos para identificar relações entre o rigor regulatório e os padrões de adoção.

Em ambos os estudos "The State of Cardiovascular Health in the European Union" (2025) e "Synthesis Report 2025: Health Policy Reform Trends in the EU" (2025), o foco de atenção se restringe à saúde na região europeia.

O primeiro deles aborda especificamente doenças cardiovasculares, principal causa de morte e incapacidade na União Europeia, percebendo a manutenção de desafios como a garantia de uma prevenção eficaz, a detecção precoce, o acesso a cuidados agudos e o manejo a longo prazo, além do ônus econômico e social de tais doenças. Por isso, a OCDE apela aos governos a implementação de políticas de prevenção intersetoriais e a ênfase crescente no cuidado e na reabilitação centradas nas pessoas para o fortalecimento de resultados positivos a longo prazo na Europa.

Em contrapartida, o segundo documento explora mais amplamente a discussão de saúde europeia, estruturando o escopo de sua análise e argumentação em torno de quatro temas transversais: (i) o reforço na prevenção primária das doenças não transmissíveis; (ii) o fortalecimento dos cuidados de saúde primária; (iii) a aceleração na adoção de soluções digitais na área da saúde; e (iv) a promoção do acesso a medicamentos e à inovação a preços acessíveis. É interessante ainda ressaltar que tal estudo é uma colaboração entre a OCDE com o Observatório Europeu dos Sistemas e Políticas de Saúde, trabalhando em conjunto com a Comissão Europeia.

Por fim, o último destaque entre os recentes incrementos ao acervo da organização internacional é o estudo "OECD Reviews of Health Systems: Romania 2025" (2025), onde a OCDE se dedica a analisar o sistema de saúde romeno, suas idiossincrasias, avanços e desafios, desenvolvendo recomendações especiais para seu caso a fim de aprimorar seu sistema de saúde para os parâmetros da própria OCDE.

Referências Bibliográficas:

OECD. OECD Skills Outlook 2025: Building the Skills of the 21st Century for All. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2026 Feb 07]. Available from: https://doi.org/10.1787/26163cd3-en.

OECD. Governments should step up efforts to equip people with the skills needed in labour markets. OECD [Internet]. 2025 Dec 09 [cited 2026 Feb 07]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2025/12/governments-should-step-up-efforts-to-equip-people-with-the-skills-needed-in-labour-markets.html.

OECD. Social Mobility and Inequality in Latin America and the Caribbean: Insights from Education and Skills. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2026 Feb 07]. Available from: https://doi.org/10.1787/428fa0a6-en.

OECD, EUIPO. From Fakes to Forced Labour: Evidence of Correlation Between Illicit Trade in Counterfeits and Labour Exploitation. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Feb 07]. Available from: https://doi.org/10.1787/540dc43e-en.

OECD. Labour exploitation and illicit trade: How counterfeit goods fuel forced labour. OECD Policy Briefs [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Feb 07];48. Available from: https://doi.org/10.1787/c55a3f66-en.

OECD. Assessing cancer care quality in OECD countries: New indicators for benchmarking performance. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2026 Feb 07];188. Available from: https://doi.org/10.1787/b3f47ece-en.

OECD, European Comission. Delivering High Value Cancer Care: European Cancer Inequalities Registry Analytical Report. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Feb 07]. Available from: https://doi.org/10.1787/060869fe-en.

Kim S, Llena-Nozal A, Milstein R, Rauet-Tejeda J. Policies for people with dementia across OECD countries. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Feb 07];190. Available from: https://doi.org/10.1787/e41e6eaa-en.

OECD. Learning through national Health System Performance Assessment (HSPA): Emerging findings from OECD countries. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Feb 07]. Available from: https://doi.org/10.1787/2fa1314a-en.

Le Thi C, Morgan D, Suzuki E. How are hot temperatures impacting health outcomes, health systems and health systems costs?: An analysis of emergency department visits and hospitalisation data from 16 countries. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2026 Feb 07];189. Available from: https://doi.org/10.1787/9119ebd1-en.

OECD. Personal health data systems in OECD countries: Insights into structures and solutions for public access and use. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2026 Feb 07];187. Available from: https://doi.org/10.1787/0d118bb0-en.

Barrenho E, Kim D, Moens M, Waagstein L. Assessing the impact of promotion and advertising regulations on biosimilar uptake. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2026 Feb 07];186. Available from: https://doi.org/10.1787/c69f54b2-en.

OECD. The State of Cardiovascular Health in the European Union. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2026 Feb 07]. Available from: https://doi.org/10.1787/ea7a15f4-en.

European Observatory on Health Systems and Policies, OECD. Synthesis Report 2025: Health Policy Reform Trends in the EU. Paris: OECD Publishing; Brussels: European Observatory on Health Systems and Policies, 2025 [cited 2026 Feb 07]. Available from: https://doi.org/10.1787/1f6a8e9a-en.

OECD. OECD Reviews of Health Systems: Romania 2025. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2026 Feb 07]. Available from: https://doi.org/10.1787/f52e4a-98-en.